



BACEN

BANCO CENTRAL DO BRASIL

AUDITOR - ÁREA: ECONOMIA E FINANÇAS

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Noções de Lógica e Estatística
- ▶ Fundamentos de Macroeconomia e Microeconomia
- ▶ Macroeconomia
- ▶ Microeconomia
- ▶ Finanças
- ▶ Estatística e Econometria
- ▶ Contabilidade de Instituições Financeiras Padrão Cosif (Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional).
- ▶ Atualidades
- ▶ Direito Administrativo

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

**COM BASE NO EDITAL N° 1 EDITAL N° 1/2013
BCB/DEPES, DE 15 DE AGOSTO DE 2013**



BÔNUS

ÁREA DO
CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

41
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Questões gabaritadas
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



BACEN

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Auditor – Área: Economia
e Finanças

CÓD: SL-082JL-26
7901183002337

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados	9
2. Reconhecimento de tipos e gêneros textuais	12
3. Domínio da ortografia oficial	18
4. Domínio dos mecanismos de coesão textual.....	22
5. Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.....	25
6. Emprego de tempos e modos verbais	25
7. Domínio da estrutura morfosintática do período. Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração. Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.....	26
8. Emprego das classes de palavras	30
9. Emprego dos sinais de pontuação	39
10. Concordância verbal e nominal	42
11. Regência verbal e nominal.....	45
12. Emprego do sinal indicativo de crase.....	49
13. Colocação dos pronomes átonos	52
14. Reescrita de frases e parágrafos do texto. Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.....	53
15. Significação das palavras.....	54
16. Substituição de palavras ou de trechos de texto	57

Noções de Lógica e Estatística

1. Raciocínio lógico. Estruturas lógicas	67
2. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões.....	70
3. Lógica sentencial (ou proposicional). Proposições simples e compostas. Tabelas-verdade. Equivalências. Leis de Morgan; problemas	73
4. Noções de estatística. População e amostra.....	79
5. Histogramas e curvas de frequência	80
6. Medidas de posição: média, moda, mediana e separatrizes	84
7. Medidas de dispersão absoluta e relativa.....	86
8. Probabilidade condicional, independência	89
9. Variável aleatória e funções de distribuição	91

Fundamentos de Macroeconomia e Microeconomia

1. Contas nacionais. Agregados monetários. Multiplicador monetário, criação e destruição de moeda. Contas do sistema monetário. Balanço de pagamentos	99
2. MICROECONOMIA: Estrutura de mercado. Formas de organização da atividade econômica, o papel dos preços, custo de oportunidade e fronteiras das possibilidades de produção. Oferta e demanda. Curvas de indiferença. Restrição orçamentária. Equilíbrio do consumidor. Efeitos preço, renda e substituição. Curva de demanda. Elasticidade da demanda	105

Macroeconomia

1. Principais modelos macroeconômicos: modelo clássico, modelo novo-keynesiano, modelos de oferta e demanda agregadas; modelos de crescimento; modelos de escolha intertemporal (consumo, investimento, gastos do governo e conta corrente).	115
2. Política monetária: regras versus discricionariedade; modelos de credibilidade; convencionais e não convencionais; objetivos e instrumentos; regime de metas para a inflação	119
3. Política macroprudencial e estabilidade financeira	125
4. Política fiscal. Déficit e dívida pública	131
5. Modelo de paridade coberta e descoberta de taxa de juros. Modelos de exportação e importação. Regimes cambiais e taxa de câmbio de equilíbrio; termos de troca. Paridade de poder de compra.....	136
6. Curva de Phillips, expectativas racionais e inflação	142
7. Teoria dos ciclos econômicos reais	147
8. Mercado de trabalho – determinação dos salários no modelo novo-keynesiano e clássico e taxa natural de desemprego	153

Microeconomia

1. Teoria do consumidor. Teoria da firma.....	161
2. Análise de concentração e competição. Organização industrial	166
3. Teoria dos jogos e leilões	172
4. Falhas de mercado: informação assimétrica, seleção adversa e risco moral (moral hazard). Externalidades e bens públicos.....	177
5. Equilíbrio geral, lei de Walras e equilíbrio de Pareto	183
6. Bem-estar social.....	189
7. Economia comportamental.....	194

Finanças

1. Características de operações e instrumentos do mercado financeiro e de capitais. Títulos emitidos pelo Tesouro Nacional. Títulos de dívida privada. Securitização. Operações compromissadas. Depósito a prazo e depósito interfinanceiro ou interbancário. Ações. Fundos de investimento. Contratos futuros, a termo, swaps e de opções, Derivativos de crédito ..	203
2. Eficiência de Mercado. Tipos de eficiência. Propriedades dos mercados e dos agentes financeiros. Estratégias de investimento	209
3. Teoria de Carteiras. Risco e retorno. Seleção de investimentos por média-variância. Diversificação do risco. Fronteira eficiente. Funções de utilidade e aversão ao risco. Ativo livre de risco. Custos de transações.....	215
4. Apreçamento de ativos. Modelo CAPM e suas extensões. Teoria de Apreçamento por Arbitragem (APT).....	221
5. Estrutura a termo de taxas de juros. Principais teorias. Taxas à vista e a termo. Movimentos nas curvas de juros.....	227
6. Renda fixa. Apreçamento de instrumentos de renda fixa. Gestão de carteiras de renda fixa. Duration e convexidade.	232
7. Riscos dos fatores sociais, ambientais e de governança (ESG).....	238
8. Risco. Medidas de volatilidade. VaR. Premissas do modelo VaR. Testes de estresse e de cenários.	244

Estatística e Econometria

1. Distribuições de probabilidade	253
2. Esperança matemática, momentos, esperança condicionais	260
3. Lei dos grandes números	263
4. Inferência: Estimação de parâmetros por ponto e por intervalo de confiança; Testes de hipóteses.....	266
5. Amostragem	269
6. Regressão simples e múltipla.....	274
7. Econometria de séries temporais: Vetor auto regressivo; estacionaridade.....	276
8. Econometria de dados em painel: Efeito fixo; Efeito aleatório. Técnicas de identificação.....	282
9. Processos estocásticos	288

Contabilidade de Instituições Financeiras Padrão Cosif (Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional).

1. Princípios gerais: Instrumentos Financeiros: Operações Interfinanceiras de Liquidez, Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos; Operações de Crédito; Investimentos Mantidos para Venda	303
2. Arrendamento mercantil	306
3. Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	308
4. Ativo Imobilizado	311
5. Ativo Intangível	314
6. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.....	317
7. Patrimônio Líquido e Remuneração do Capital Próprio.....	320
8. Demonstrações Financeiras de Divulgação.....	323
9. Conglomerado Prudencial	325
10. Combinado Cooperativo: Balancete Cooperativo; Auditoria Cooperativa.....	326
11. Grupos de Consórcio.....	329
12. Empresas em Liquidação Extrajudicial	331
13. Auditoria Independente.....	334

Atualidades

1. Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como segurança, transportes, política, economia, sociedade, educação, saúde, cultura, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável e ecologia	343
---	-----

Direito Administrativo

1. Administração pública: princípios básicos	345
2. Administração direta e indireta; Organização administrativa brasileira; Autarquias, agências reguladoras, agências executivas, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista	349

ÍNDICE

3. Poderes administrativos: Espécies de poder: hierárquico, disciplinar, regulamentar, de polícia e normativo; Uso e abuso do poder	353
4. Serviços públicos: conceito e princípios	355
5. Ato administrativo: Conceito, requisitos e atributos; Comunicação dos atos administrativos; Anulação, revogação e convalidação; Discricionariedade e vinculação.....	358
6. Servidores públicos: cargo, emprego e função públicos: Lei nº 8.112/1990 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União) e alterações; Disposições preliminares; Provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição; Direitos e vantagens; Regime disciplinar; Seguridade social do servidor: aposentadoria e pensão civil	362
7. Processo administrativo disciplinar	391
8. Improbidade administrativa.....	397
9. Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/1994).....	406
10. Código de Conduta da Alta Administração Federal.....	409
11. Lei de conflito de interesses (Lei nº 11.813/2013).....	412
12. Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).....	414
13. Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).....	421

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

CONCEITO DE COMPREENSÃO

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

► A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário:** O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.
- **Sintaxe:** A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o

- uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.

- **Coesão e coerência:** são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

► A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

- **Cores:** As cores desempenham um papel comunicativo importante em muitos contextos, evocando emoções ou sugerindo informações adicionais. Por exemplo, em um gráfico, cores diferentes podem representar categorias distintas de dados.
- **Formas e símbolos:** Cada forma ou símbolo em um texto visual pode carregar um significado próprio, como sinais de trânsito ou logotipos de marcas. A correta interpretação desses elementos depende do conhecimento prévio do leitor sobre seu uso.
- **Gestos e expressões:** Em um contexto de comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou em uma apresentação oral acompanhada de gestos, a compreensão se dá ao identificar e entender as nuances de cada movimento.

► Fatores que Influenciam a Compreensão

A compreensão, seja de textos verbais ou não-verbais, pode ser afetada por diversos fatores, entre eles:

- **Conhecimento prévio:** Quanto mais familiarizado o leitor estiver com o tema abordado, maior será sua capacidade de compreender o texto. Por exemplo, um leitor que já conhece o contexto histórico de um fato poderá compreender melhor uma notícia sobre ele.

▪ **Contexto:** O ambiente ou a situação em que o texto é apresentado também influencia a compreensão. Um texto jornalístico, por exemplo, traz uma mensagem diferente dependendo de seu contexto histórico ou social.

▪ **Objetivos da leitura:** O propósito com o qual o leitor aborda o texto impacta a profundidade da compreensão. Se a leitura for para estudo, o leitor provavelmente será mais minucioso do que em uma leitura por lazer.

► Compreensão como Base para a Interpretação

A compreensão é o primeiro passo no processo de leitura e análise de qualquer texto. Sem uma compreensão clara e objetiva, não é possível seguir para uma etapa mais profunda, que envolve a interpretação e a formulação de inferências. Somente após a decodificação do que está explicitamente presente no texto, o leitor poderá avançar para uma análise mais subjetiva e crítica, onde ele começará a trazer suas próprias ideias e reflexões sobre o que foi lido.

A compreensão textual é um processo que envolve a decodificação de elementos verbais e não-verbais, permitindo ao leitor captar a mensagem essencial do conteúdo. Ela exige atenção, familiaridade com as estruturas linguísticas ou visuais e, muitas vezes, o uso de recursos complementares, como dicionários. Ao dominar a compreensão, o leitor cria uma base sólida para interpretar textos de maneira mais profunda e crítica.

TEXTOS VERBAIS E NÃO-VERBAIS

Na comunicação, os textos podem ser classificados em duas categorias principais: verbais e não-verbais. Cada tipo de texto utiliza diferentes recursos e linguagens para transmitir suas mensagens, sendo fundamental que o leitor ou observador saiba identificar e interpretar corretamente as especificidades de cada um.

► Textos Verbais

Os textos verbais são aqueles constituídos pela linguagem escrita ou falada, onde as palavras são o principal meio de comunicação. Eles estão presentes em inúmeros formatos, como livros, artigos, notícias, discursos, entre outros. A linguagem verbal se apoia em uma estrutura gramatical, com regras que organizam as palavras e frases para transmitir a mensagem de forma coesa e compreensível.

Características dos Textos Verbais:

- **Estrutura Sintática:** As frases seguem uma ordem gramatical que facilita a decodificação da mensagem.
- **Uso de Palavras:** As palavras são escolhidas com base em seu significado e função dentro do texto, permitindo ao leitor captar as ideias expressas.
- **Coesão e Coerência:** A conexão entre frases, parágrafos e ideias deve ser clara, para que o leitor compreenda a linha de raciocínio do autor.

Exemplos de textos verbais incluem:

- **Livros e artigos:** Onde há um desenvolvimento contínuo de ideias, apoiado em argumentos e explicações detalhadas.

▪ **Diálogos e conversas:** Que utilizam a oralidade para interações mais diretas e dinâmicas.

▪ **Panfletos e propagandas:** Usam a linguagem verbal de forma concisa e direta para transmitir uma mensagem específica.

A compreensão de um texto verbal envolve a decodificação de palavras e a análise de como elas se conectam para construir significado. É essencial que o leitor identifique o tema, os argumentos centrais e as intenções do autor, além de perceber possíveis figuras de linguagem ou ambiguidades.

► Textos Não-Verbais

Os textos não-verbais utilizam elementos visuais para se comunicar, como imagens, símbolos, gestos, cores e formas. Embora não usem palavras diretamente, esses textos transmitem mensagens completas e são amplamente utilizados em contextos visuais, como artes visuais, placas de sinalização, fotografias, entre outros.

Características dos Textos Não-Verbais:

- **Imagens e símbolos:** Carregam significados culturais e contextuais que devem ser reconhecidos pelo observador.
- **Cores e formas:** Podem ser usadas para evocar emoções ou destacar informações específicas. Por exemplo, a cor vermelha em muitos contextos pode representar perigo ou atenção.
- **Gestos e expressões:** Na comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou na expressão facial, o corpo desempenha o papel de transmitir a mensagem.

Exemplos de textos não-verbais incluem:

- **Obras de arte:** Como pinturas ou esculturas, que comunicam ideias, emoções ou narrativas através de elementos visuais.
- **Sinais de trânsito:** Que utilizam formas e cores para orientar os motoristas, dispensando a necessidade de palavras.
- **Infográficos:** Combinações de gráficos e imagens que transmitem informações complexas de forma visualmente acessível.

A interpretação de textos não-verbais exige uma análise diferente da dos textos verbais. É necessário entender os códigos visuais que compõem a mensagem, como as cores, a composição das imagens e os elementos simbólicos utilizados. Além disso, o contexto cultural é crucial, pois muitos símbolos ou gestos podem ter significados diferentes dependendo da região ou da sociedade em que são usados.

► Relação entre Textos Verbais e Não-Verbais

Embora sejam diferentes em sua forma, textos verbais e não-verbais frequentemente se complementam. Um exemplo comum são as propagandas publicitárias, que utilizam tanto textos escritos quanto imagens para reforçar a mensagem. Nos livros ilustrados, as imagens acompanham o texto verbal, ajudando a criar um sentido mais completo da história ou da informação.

NOÇÕES DE LÓGICA E ESTATÍSTICA

RACIOCÍNIO LÓGICO. ESTRUTURAS LÓGICAS

ASSOCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Aqui veremos questões que envolvem correlação de elementos, pessoas e objetos fictícios, através de dados fornecidos. Vejamos o passo a passo:

01. Três homens, Luís, Carlos e Paulo, são casados com Lúcia, Patrícia e Maria, mas não sabemos quem é casado com quem. Eles trabalham com Engenharia, Advocacia e Medicina, mas também não sabemos quem faz o quê. Com base nas dicas abaixo, tente descobrir o nome de cada marido, a profissão de cada um e o nome de suas esposas.

- a) O médico é casado com Maria.
- b) Paulo é advogado.
- c) Patrícia não é casada com Paulo.
- d) Carlos não é médico.

Vamos montar o passo a passo para que você possa compreender como chegar a conclusão da questão.

▪ **1º passo** – Construir a tabela dos dados. Vamos montar uma tabela para facilitar a visualização da resolução, a mesma deve conter as informações prestadas no enunciado, nas quais podem ser divididas em três grupos: homens, esposas e profissões.

	Medicina	Engenharia	Advocacia	Lúcia	Patrícia	Maria
Carlos						
Luís						
Paulo						
Lúcia						
Patrícia						
Maria						

Também criamos abaixo do nome dos homens, o nome das esposas.

▪ **2º passo** – Construir a tabela gabarito. Essa tabela não servirá apenas como gabarito, mas em alguns casos ela é **fundamental** para que você enxergue informações que ficam meio escondidas na tabela principal. Uma tabela complementa a outra, podendo até mesmo que você chegue a conclusões acerca dos grupos e elementos.

HOMENS	PROFISSÕES	ESPOSAS
Carlos		
Luís		
Paulo		

AMOSTRA

▪ **3º passo** preenchimento de nossa tabela, com as informações mais óbvias do problema, aquelas que não deixam margem a nenhuma dúvida. Em nosso exemplo:

O médico é casado com Maria: marque um “S” na tabela principal na célula comum a “Médico” e “Maria”, e um “N” nas demais células referentes a esse “S”.

	Medicina	Engenharia	Advocacia	Lúcia	Patrícia	Maria
Carlos						
Luís						
Paulo						
Lúcia	N					
Patrícia	N					
Maria	S	N	N			

ATENÇÃO: se o médico é casado com Maria, ele NÃO PODE ser casado com Lúcia e Patrícia, então colocamos “N” no cruzamento de Medicina e elas. E se Maria é casada com o médico, logo ela NÃO PODE ser casada com o engenheiro e nem com o advogado (logo colocamos “N” no cruzamento do nome de Maria com essas profissões).

Paulo é advogado: Vamos preencher as duas tabelas (tabela gabarito e tabela principal) agora.

Patrícia não é casada com Paulo: Vamos preencher com “N” na tabela principal

Carlos não é médico: preenchamos com um “N” na tabela principal a célula comum a Carlos e “médico”.

	Medicina	Engenharia	Advocacia	Lúcia	Patrícia	Maria
Carlos	N		N			
Luís	S	N	N			
Paulo	N	N	S		N	
Lúcia	N					
Patrícia	N					
Maria	S	N	N			

Notamos aqui que Luís então é o médico, pois foi a célula que ficou em branco. Podemos também completar a tabela gabarito.

Novamente observamos uma célula vazia no cruzamento de Carlos com Engenharia. Marcamos um “S” nesta célula. E preenchemos sua tabela gabarito.

	Medicina	Engenharia	Advocacia	Lúcia	Patrícia	Maria
Carlos	N	S	N			
Luís	S	N	N			
Paulo	N	N	S		N	
Lúcia	N					
Patrícia	N					
Maria	S	N	N			

HOMENS	PROFISSÕES	ESPOSAS
Carlos	Engenheiro	
Luís	Médico	
Paulo	Advogado	

FUNDAMENTOS DE MACROECONOMIA E MICROECONOMIA

CONTAS NACIONAIS. AGREGADOS MONETÁRIOS. MULTIPLICADOR MONETÁRIO, CRIAÇÃO E DESTRUIÇÃO DE MOEDA. CONTAS DO SISTEMA MONETÁRIO. BALANÇO DE PAGAMENTOS

CONTAS NACIONAIS

As contas nacionais formam um sistema de registro da atividade econômica de um país em determinado período. Elas organizam informações sobre produção, renda, consumo, investimento, gastos do governo, exportações e importações. Sua principal finalidade é medir o desempenho da economia de forma agregada, permitindo conhecer o valor dos bens e serviços produzidos, a renda gerada e a forma como essa renda foi utilizada.

O indicador mais conhecido das contas nacionais é o Produto Interno Bruto, chamado de PIB. Ele representa o valor de todos os bens e serviços finais produzidos dentro do território econômico de um país durante determinado período, geralmente um trimestre ou um ano. A expressão bens e serviços finais é importante porque evita dupla contagem. Não se deve contar separadamente o valor de um insumo e depois o valor do produto final que já incorpora esse insumo.

Por exemplo, se a farinha é usada para produzir pão, o valor da farinha já está incluído no preço do pão. Se ambos fossem somados integralmente, haveria dupla contagem. Por isso, o PIB considera bens e serviços finais ou, de outra forma, o valor adicionado em cada etapa produtiva. O valor adicionado corresponde à diferença entre o valor da produção e o valor dos insumos utilizados.

As contas nacionais podem medir a atividade econômica por três óticas: produto, renda e despesa. Pela ótica do produto, mede-se o valor da produção de bens e serviços finais. Pela ótica da renda, mede-se a remuneração dos fatores de produção, como salários, lucros, juros, aluguéis e rendimentos mistos. Pela ótica da despesa, mede-se o gasto realizado na compra dos bens e serviços finais produzidos.

Essas três óticas estão relacionadas. O que é produzido gera renda para alguém; essa renda permite despesas; e as despesas sustentam a venda da produção. Por isso, produto, renda e despesa são formas diferentes de observar o mesmo processo econômico. Em uma economia bem registrada, os valores tendem a ser equivalentes, respeitadas as metodologias e ajustes estatísticos.

Na ótica da despesa, o PIB costuma ser representado pela soma do consumo das famílias, investimento, gastos do governo e exportações líquidas. As exportações líquidas correspondem às exportações menos as importações. Essa identidade mostra quem comprou a produção da economia: famílias, empresas, governo ou estrangeiros.

O consumo das famílias representa os gastos das pessoas com bens e serviços, como alimentos, transporte, moradia, saúde, educação, lazer e outros itens. Em muitas economias, o consumo é a maior parcela da demanda agregada. Ele depende da renda, do emprego, dos preços, do crédito, das expectativas e de outros fatores.

O investimento representa a formação de capital, como aquisição de máquinas, equipamentos, construção, ampliação de capacidade produtiva e variação de estoques. É importante distinguir investimento econômico de aplicação financeira. Na contabilidade nacional, investimento está ligado à produção de bens de capital e aumento da capacidade produtiva.

Os gastos do governo incluem despesas com bens e serviços necessários à prestação de serviços públicos e ao funcionamento da administração. Transferências, como benefícios pagos às famílias, não entram diretamente como gasto de governo no PIB, pois não correspondem à compra de bem ou serviço final naquele momento. No entanto, podem influenciar o consumo das famílias.

As exportações representam bens e serviços produzidos internamente e vendidos ao exterior. Elas entram no PIB porque correspondem à produção nacional. As importações são subtraídas porque representam bens e serviços produzidos em outros países, embora consumidos internamente. Subtrair importações evita contar como produção interna aquilo que foi produzido fora.

As contas nacionais também permitem calcular o PIB nominal e o PIB real. O PIB nominal é medido a preços correntes, ou seja, pelos preços do próprio período analisado. O PIB real elimina o efeito da variação de preços, permitindo observar o crescimento da produção em termos de quantidade. Essa distinção é importante porque o PIB nominal pode aumentar apenas por causa da inflação.

Outro conceito importante é a renda nacional, que mede a renda recebida pelos residentes de um país, considerando também relações com o exterior. Enquanto o PIB está ligado ao território onde a produção ocorre, a renda nacional considera a renda dos residentes, podendo incluir rendimentos recebidos do exterior e excluir rendimentos enviados a não residentes.

As contas nacionais são fundamentais para analisar crescimento econômico, recessão, composição da demanda, participação dos setores, produtividade e políticas econômicas. Governos, empresas, pesquisadores e instituições utilizam esses dados para tomar decisões e avaliar a situação econômica.

PRINCIPAIS AGREGADOS DAS CONTAS NACIONAIS

Os principais agregados das contas nacionais são indicadores que resumem a atividade econômica de uma sociedade. Eles permitem analisar produção, renda, despesa, consumo, poupança,

investimento e relações com o exterior. Esses agregados são fundamentais porque transformam milhões de transações individuais em informações organizadas e comparáveis.

O Produto Interno Bruto é o principal agregado macroeconômico. Ele mede o valor dos bens e serviços finais produzidos dentro do território econômico de um país em determinado período. O termo interno indica que o critério é territorial. Assim, considera-se o que foi produzido dentro do país, independentemente da nacionalidade dos proprietários dos fatores de produção.

O Produto Nacional Bruto, por sua vez, utiliza o critério da nacionalidade ou residência dos agentes econômicos. Ele considera a produção ou renda gerada pelos residentes de um país, ainda que parte dela venha do exterior, e exclui a renda gerada internamente que pertence a não residentes. A diferença entre produto interno e produto nacional está relacionada aos fluxos de renda enviados e recebidos do exterior.

A renda nacional representa a soma das rendas recebidas pelos fatores de produção pertencentes aos residentes. Ela inclui remunerações como salários, lucros, juros, aluguéis e outros rendimentos associados à produção. Esse agregado mostra como o valor produzido se transforma em renda para os agentes econômicos.

A renda disponível é a renda que os agentes, especialmente as famílias, têm efetivamente disponível para consumir ou poupar. Ela considera impostos, contribuições, transferências e outras movimentações que alteram a renda recebida. Esse conceito é importante para entender o comportamento do consumo e da poupança.

O consumo agregado corresponde ao gasto das famílias com bens e serviços finais. Ele é influenciado por renda disponível, preços, taxa de juros, crédito, expectativas e distribuição de renda. Quando o consumo cresce, pode haver estímulo à produção e ao emprego, desde que exista capacidade de oferta.

A poupança representa a parte da renda que não é consumida. Em termos simples, quando famílias, empresas ou governo não gastam toda a renda disponível, há poupança. Essa poupança pode financiar investimentos, diretamente ou por meio do sistema financeiro. A relação entre poupança e investimento é um tema importante da Macroeconomia.

O investimento agregado corresponde à formação de capital na economia. Inclui máquinas, equipamentos, construções, instalações e variações de estoques. O investimento é essencial para ampliar a capacidade produtiva futura. Economias que investem pouco podem ter dificuldade para crescer de forma sustentada.

A absorção interna é a soma do consumo, do investimento e dos gastos do governo. Ela representa a demanda realizada pelos residentes por bens e serviços, independentemente de serem produzidos internamente ou importados. Quando a absorção interna supera a produção doméstica, a diferença tende a aparecer como importações líquidas ou necessidade de financiamento externo.

A despesa agregada é outra forma de observar a atividade econômica. Ela mostra o total gasto na compra de bens e serviços finais. Na identidade macroeconômica básica, a despesa total inclui consumo das famílias, investimento, gastos do governo e exportações líquidas. Essa ótica permite analisar os componentes da demanda.

É importante compreender a relação entre produto, renda e despesa. O produto mede o valor gerado pela produção. A renda mede a remuneração dos fatores usados na produção. A despesa mede a compra dessa produção. Em uma economia, o valor produzido se transforma em renda e é adquirido por algum componente da demanda. Por isso, essas três medidas estão interligadas.

Outro agregado relevante é o produto líquido, obtido ao descontar a depreciação do produto bruto. A depreciação representa o desgaste do capital utilizado na produção. Quando se considera o produto líquido, busca-se medir o acréscimo efetivo de riqueza, depois de descontada a perda de valor dos bens de capital.

Também é importante distinguir valores nominais e reais. Agregados nominais são medidos a preços correntes. Agregados reais descontam os efeitos da inflação, permitindo avaliar variações na quantidade produzida ou consumida. Essa distinção é essencial para não confundir aumento de preços com aumento real da produção.

Os agregados das contas nacionais ajudam a avaliar a saúde econômica. Crescimento do PIB real indica aumento da produção. Crescimento do consumo pode sinalizar maior renda ou crédito. Aumento do investimento pode indicar expansão futura. Desequilíbrios externos podem aparecer nas exportações líquidas. Cada agregado revela uma parte do funcionamento econômico.

AGREGADOS MONETÁRIOS

Os agregados monetários são medidas da quantidade de moeda existente em uma economia. Eles organizam diferentes formas de ativos conforme seu grau de liquidez, isto é, conforme a facilidade com que podem ser usados como meio de pagamento ou convertidos em moeda. Esses agregados são importantes porque ajudam a analisar a oferta de moeda, o comportamento do crédito e os efeitos da política monetária.

A moeda cumpre três funções básicas. A primeira é ser meio de troca, facilitando compras e vendas. A segunda é ser unidade de conta, permitindo expressar preços, salários, dívidas e valores em uma mesma medida. A terceira é ser reserva de valor, permitindo transferir poder de compra para o futuro, embora essa função seja prejudicada quando há inflação elevada.

O conceito mais restrito de moeda costuma incluir o papel-moeda em poder do público e os depósitos à vista. O papel-moeda em poder do público corresponde ao dinheiro físico mantido por pessoas e empresas fora dos bancos. Os depósitos à vista são saldos em contas bancárias que podem ser utilizados imediatamente para pagamentos, transferências e saques.

A soma do papel-moeda em poder do público e dos depósitos à vista forma os meios de pagamento em sentido restrito. Esse agregado representa a moeda mais líquida da economia. Ele indica a quantidade de recursos imediatamente disponíveis para realizar transações.

Além dos meios de pagamento estritos, existem agregados mais amplos que incluem ativos financeiros com alta liquidez, embora não sejam usados diretamente como moeda em todas as transações. Esses ativos podem ser chamados, em termos gerais, de quase moeda. Eles incluem aplicações que podem ser convertidas em meios de pagamento com relativa facilidade.

MACROECONOMIA

**PRINCIPAIS MODELOS MACROECONÔMICOS: MODELO CLÁSSICO, MODELO NOVO-KEYNESIANO, MODELOS DE OFERTA E DEMANDA AGREGADAS; MODELOS DE CRESCIMENTO; MODELOS DE ESCOLHA INTERTEMPO-
RAL (CONSUMO, INVESTIMENTO, GASTOS DO GOVERNO E CONTA CORRENTE).**

INTRODUÇÃO AOS MODELOS MACROECONÔMICOS

Os modelos macroeconômicos são instrumentos teóricos utilizados para compreender o funcionamento da economia em nível agregado. Eles procuram explicar o comportamento de variáveis como produto, renda, consumo, investimento, poupança, inflação, desemprego, taxa de juros, taxa de câmbio, gastos do governo, dívida pública e saldo em conta corrente. Como a economia é formada por milhões de decisões individuais e institucionais, os modelos simplificam a realidade para permitir a análise das relações mais importantes entre essas variáveis.

A função de um modelo macroeconômico não é reproduzir todos os detalhes da realidade, mas destacar mecanismos centrais. Um bom modelo ajuda a responder perguntas como: por que uma economia cresce? Por que ocorrem recessões? Como a política monetária afeta inflação e produto? Como o governo deve administrar gastos e dívida? Como as famílias decidem entre consumir hoje ou poupar para o futuro? Como empresas decidem investir? Como o setor externo influencia a economia?

Na macroeconomia, diferentes modelos partem de hipóteses distintas. Alguns enfatizam o equilíbrio dos mercados e a flexibilidade de preços e salários. Outros destacam rigidezes, falhas de coordenação, imperfeições de mercado e papel ativo das políticas públicas. Há ainda modelos voltados ao crescimento de longo prazo, à escolha intertemporal e às relações entre economia doméstica e setor externo.

O modelo clássico, por exemplo, parte da ideia de que os mercados tendem ao equilíbrio por meio do ajuste de preços e salários. Nessa visão, o produto de longo prazo é determinado por fatores reais, como trabalho, capital, tecnologia e produtividade. A moeda afeta principalmente variáveis nominais, como o nível de preços, mas não altera permanentemente o produto real.

O modelo novo-keynesiano, por outro lado, considera que preços e salários podem ser rígidos no curto prazo. Essa rigidez faz com que choques de demanda e decisões de política monetária tenham efeitos reais sobre produto e emprego. Assim, a atuação da autoridade monetária pode influenciar a atividade econômica, especialmente em horizontes mais curtos.

Os modelos de oferta e demanda agregadas são muito utilizados para analisar flutuações econômicas. A demanda agregada representa o total de bens e serviços demandados na economia,

enquanto a oferta agregada representa o total que as empresas estão dispostas a produzir. A interação entre essas curvas permite analisar inflação, recessões, choques de oferta, choques de demanda e efeitos das políticas econômicas.

Os modelos de crescimento concentram-se no longo prazo. Eles buscam explicar por que alguns países crescem mais do que outros e quais fatores determinam a expansão da renda por habitante. Entre os elementos analisados estão acumulação de capital, crescimento populacional, progresso tecnológico, capital humano, produtividade, inovação e instituições.

Já os modelos de escolha intertemporal analisam decisões econômicas ao longo do tempo. Famílias, empresas e governos não tomam decisões apenas com base no presente; eles consideram expectativas futuras, taxa de juros, renda esperada, restrições orçamentárias e oportunidades de financiamento. Essa abordagem é aplicada ao consumo, ao investimento, aos gastos do governo e à conta corrente.

► Modelo clássico

O modelo clássico é uma das principais referências da macroeconomia. Ele se baseia na ideia de que os mercados tendem ao equilíbrio quando preços e salários são flexíveis. Segundo essa visão, a economia possui mecanismos automáticos de ajuste capazes de conduzir o produto e o emprego aos seus níveis naturais no longo prazo.

No modelo clássico, o nível de produção da economia é determinado principalmente por fatores reais. Isso significa que o produto depende da quantidade de trabalho disponível, do estoque de capital, da tecnologia e da produtividade. A moeda, por sua vez, tem papel limitado sobre variáveis reais no longo prazo. Ela pode afetar preços nominais, mas não altera permanentemente o nível de produção ou emprego.

Uma hipótese central é a flexibilidade dos salários. Se houver desemprego, os salários tenderiam a cair. Com salários menores, as empresas teriam incentivo para contratar mais trabalhadores, reduzindo o desemprego. Dessa forma, o próprio mercado de trabalho encontraria um novo equilíbrio. O desemprego persistente, nessa visão, estaria associado a interferências, rigidezes ou imperfeições que impedem o ajuste salarial.

Também há flexibilidade de preços no mercado de bens. Se a demanda por bens e serviços aumenta, os preços sobem. Se a demanda cai, os preços diminuem. Esse ajuste garante que a oferta e a demanda se igualem. O nível geral de preços funciona como variável de equilíbrio, coordenando decisões de consumidores e produtores.

A teoria quantitativa da moeda é frequentemente associada ao pensamento clássico. De forma simplificada, ela indica que aumentos na quantidade de moeda tendem a elevar o nível geral de preços, caso a produção real e a velocidade de circulação da moeda permaneçam constantes. Assim, a inflação seria, no longo prazo, um fenômeno monetário.

A neutralidade da moeda é outro ponto fundamental. Segundo essa ideia, variações na quantidade de moeda não afetam variáveis reais no longo prazo, como produto, emprego e salário real. Afetam apenas variáveis nominais, como preços e salários monetários. Por isso, políticas monetárias expansionistas não gerariam crescimento real permanente.

No modelo clássico, a poupança e o investimento são equilibrados pela taxa de juros. Se a poupança aumenta, há mais recursos disponíveis para financiar investimentos, pressionando a taxa de juros para baixo. Juros menores estimulam o investimento. Se a demanda por investimento aumenta, a taxa de juros sobe, incentivando maior poupança. Assim, o mercado de fundos emprestáveis se ajusta.

A política fiscal também é vista com cautela. Quando o governo aumenta seus gastos financiados por dívida, pode competir com o setor privado pelos recursos disponíveis, elevando a taxa de juros e reduzindo o investimento privado. Esse efeito é conhecido como crowding out, ou efeito deslocamento. Na visão clássica, o aumento do gasto público nem sempre eleva o produto, especialmente se a economia já estiver próxima do pleno emprego.

O modelo clássico é mais adequado para analisar tendências de longo prazo do que flutuações de curto prazo. Ele destaca fundamentos reais da produção, como tecnologia, capital e trabalho. Sua principal limitação está em assumir ajustes rápidos e completos de preços e salários, o que nem sempre ocorre na prática.

Crises econômicas, desemprego persistente e recessões prolongadas desafiaram a visão clássica tradicional. A Grande Depressão, por exemplo, mostrou que a economia pode permanecer por longo período abaixo do pleno emprego. Esse tipo de situação motivou o desenvolvimento de abordagens keynesianas, que enfatizam insuficiência de demanda agregada e rigidez de preços e salários.

Ainda assim, o modelo clássico continua importante. Ele ajuda a entender a determinação do produto potencial, os limites das políticas de demanda no longo prazo, o papel da produtividade e a relação entre moeda e preços. Também serve como base para teorias modernas que incorporam expectativas racionais, equilíbrio intertemporal e fundamentos microeconômicos.

► Modelo novo-keynesiano

O modelo novo-keynesiano combina elementos da tradição keynesiana com fundamentos microeconômicos modernos. Ele reconhece que famílias e empresas tomam decisões de forma racional e intertemporal, mas também considera que a economia apresenta imperfeições que impedem ajustes imediatos. A principal dessas imperfeições é a rigidez nominal de preços e salários.

Diferentemente do modelo clássico, o modelo novo-keynesiano entende que preços e salários não se ajustam instantaneamente a choques econômicos. Empresas podem enfrentar custos para alterar preços, contratos podem fixar salários por determinado período, trabalhadores podem resistir a reduções salariais e firmas podem operar em mercados de concorrência imperfeita. Essas rigidezes fazem com que variações da demanda agregada afetem produto e emprego no curto prazo.

A rigidez de preços é um elemento central. Se ocorre uma queda na demanda agregada, as empresas nem sempre reduzem imediatamente seus preços. Em vez disso, podem

reduzir produção e emprego. Isso explica por que recessões podem ocorrer mesmo quando há capacidade produtiva disponível. A economia pode operar abaixo do produto potencial.

No modelo novo-keynesiano, a política monetária tem papel relevante. Como os preços são rígidos no curto prazo, mudanças na taxa de juros afetam a taxa de juros real, o consumo, o investimento e a demanda agregada. Uma redução da taxa de juros tende a estimular gastos privados, enquanto uma elevação tende a conter a demanda e reduzir pressões inflacionárias.

A estrutura básica de muitos modelos novo-keynesianos envolve três relações: uma equação de demanda agregada intertemporal, uma Curva de Phillips novo-keynesiana e uma regra de política monetária. A demanda agregada depende da taxa de juros real esperada e das expectativas de renda futura. A inflação depende das expectativas de inflação futura e do hiato do produto. A política monetária reage à inflação e à atividade econômica.

O hiato do produto é a diferença entre o produto efetivo e o produto potencial. Quando a economia opera acima do potencial, há pressão inflacionária. Quando opera abaixo, há tendência de desinflação ou menor pressão sobre preços. Essa relação é importante para a condução da política monetária.

As expectativas desempenham papel decisivo. Famílias e empresas formam expectativas sobre inflação futura, taxa de juros, renda, custos e demanda. Se os agentes acreditam que a inflação futura será alta, podem reajustar preços e salários no presente, tornando a inflação mais persistente. Por isso, a credibilidade da autoridade monetária é fundamental.

O modelo novo-keynesiano também destaca a importância da comunicação da política monetária. Quando o banco central comunica claramente seus objetivos e sua estratégia, ajuda a ancorar expectativas. Expectativas bem ancoradas reduzem o custo de controlar a inflação, pois empresas e trabalhadores passam a confiar que a inflação retornará à meta.

Outra característica do modelo é a presença de concorrência imperfeita. Empresas possuem algum poder de mercado e definem preços com margem sobre custos. Isso permite analisar como custos, demanda e expectativas afetam a formação de preços. A rigidez de preços torna essas decisões ainda mais relevantes para a dinâmica macroeconômica.

O modelo novo-keynesiano também permite analisar choques de oferta. Um aumento no preço de energia, alimentos ou insumos importados pode elevar custos e pressionar a inflação, mesmo sem excesso de demanda. Nesses casos, a política monetária enfrenta dilema: combater a inflação pode exigir juros mais altos, mas isso pode reduzir ainda mais a atividade econômica.

Apesar de sua utilidade, o modelo novo-keynesiano possui limitações. Algumas versões simplificadas podem subestimar instabilidade financeira, desigualdade, heterogeneidade entre famílias e empresas, restrições de crédito e aspectos institucionais. Crises financeiras mostraram a necessidade de incorporar fricções financeiras e política macroprudencial aos modelos.

Mesmo assim, o modelo novo-keynesiano é uma das principais bases da macroeconomia moderna e da política monetária contemporânea. Ele explica por que a política monetária afeta a economia real no curto prazo, por que expectativas importam e por que a estabilidade de preços exige credibilidade.

MICROECONOMIA

TEORIA DO CONSUMIDOR. TEORIA DA FIRMA

PREFERÊNCIAS, UTILIDADE E ESCOLHA DO CONSUMIDOR

A teoria do consumidor parte da ideia de que os indivíduos possuem preferências. Preferências representam a forma como o consumidor compara diferentes cestas de bens e serviços. Uma cesta de consumo é uma combinação de quantidades de bens. Por exemplo, uma cesta pode conter determinada quantidade de alimentos, transporte, lazer, moradia e educação. O consumidor compara essas cestas e escolhe aquela que considera melhor, das suas possibilidades.

Para que a teoria funcione de forma organizada, costuma-se supor que as preferências possuem algumas propriedades. A primeira é a completude. Isso significa que o consumidor consegue comparar duas cestas quaisquer e dizer se prefere uma, se prefere a outra ou se é indiferente entre elas. A segunda é a transitividade. Se o consumidor prefere a cesta A à cesta B e prefere a cesta B à cesta C, então deve preferir A à C. Essa propriedade garante consistência nas escolhas.

Outra propriedade comum é a não saciedade, segundo a qual, em geral, mais de um bem desejável é preferível a menos. Isso não significa que todo bem seja sempre desejado em qualquer quantidade, mas que, para bens normais, o consumidor prefere ter mais a ter menos, mantendo os demais fatores constantes. Também se costuma considerar a convexidade das preferências, que indica preferência por combinações equilibradas de bens em vez de extremos.

A utilidade é a representação dessas preferências. Ela expressa o grau de satisfação que o consumidor obtém ao consumir determinada cesta. Na análise moderna, a utilidade é geralmente ordinal. Isso significa que seu papel principal é ordenar preferências, e não medir satisfação em unidades absolutas. Se uma cesta gera utilidade maior que outra, entende-se apenas que ela é preferida.

As curvas de indiferença são instrumentos gráficos usados para representar preferências. Uma curva de indiferença reúne todas as cestas que proporcionam o mesmo nível de utilidade ao consumidor. Ao longo da mesma curva, o consumidor é indiferente entre as combinações. Curvas mais distantes da origem representam níveis mais altos de satisfação, pois indicam maior quantidade de bens desejáveis.

A inclinação da curva de indiferença é chamada de taxa marginal de substituição. Ela mostra quanto de um bem o consumidor está disposto a abrir mão para obter uma unidade adicional de outro bem, mantendo o mesmo nível de utilidade. Por exemplo, se uma pessoa aceita trocar certa quantidade de alimento por mais lazer sem alterar sua satisfação, essa troca expressa sua taxa marginal de substituição.

A taxa marginal de substituição geralmente diminui à medida que o consumidor possui mais de um bem e menos de outro. Isso ocorre porque, quanto mais abundante é um bem para o consumidor, menor tende a ser sua disposição de sacrificar o outro bem para obter ainda mais dele. Essa ideia está ligada à convexidade das preferências.

Contudo, as preferências sozinhas não determinam a escolha. O consumidor enfrenta uma restrição orçamentária. Essa restrição depende da renda disponível e dos preços dos bens. Ela mostra todas as combinações de bens que o consumidor consegue comprar. Se a renda aumenta, a restrição se desloca para fora, permitindo cestas maiores. Se os preços aumentam, o poder de compra diminui.

A escolha ótima do consumidor ocorre no ponto em que ele alcança a maior curva de indiferença possível dentro de sua restrição orçamentária. Em geral, esse ponto ocorre quando a taxa marginal de substituição entre os bens se iguala à razão de seus preços. Isso significa que a disposição subjetiva do consumidor para trocar bens coincide com a taxa de troca imposta pelo mercado.

Mudanças de preço alteram a escolha do consumidor por dois canais: efeito substituição e efeito renda. O efeito substituição ocorre porque, quando um bem fica relativamente mais barato, o consumidor tende a substituir outros bens por ele. O efeito renda ocorre porque a mudança de preço altera o poder de compra real do consumidor. Se o preço de um bem cai, o consumidor fica, em certo sentido, mais rico.

Os bens podem ser classificados conforme sua reação à renda. Bens normais são aqueles cujo consumo aumenta quando a renda aumenta. Bens inferiores são aqueles cujo consumo diminui quando a renda aumenta, pois o consumidor passa a substituí-los por alternativas consideradas melhores. Essa classificação depende do contexto social, das preferências e das alternativas disponíveis.

► Demanda, elasticidade e excedente do consumidor

A demanda é a relação entre o preço de um bem e a quantidade que os consumidores desejam e podem comprar em determinado período. Em geral, existe uma relação inversa entre preço e quantidade demandada: quando o preço aumenta, a quantidade demandada tende a cair; quando o preço diminui, a quantidade demandada tende a aumentar. Essa relação é conhecida como lei da demanda.

A demanda individual resulta das escolhas de um consumidor. A demanda de mercado é a soma das demandas individuais de todos os consumidores. Ela depende de diversos fatores, como preço do bem, renda dos consumidores, preços de bens substitutos e complementares, preferências, expectativas e tamanho da população.

Um bem substituto é aquele que pode ser consumido no lugar de outro. Se o preço de um produto aumenta, os consumidores podem migrar para seu substituto. Por exemplo, se o preço de um tipo de transporte sobe, algumas pessoas podem buscar outro meio de transporte. Um bem complementar é aquele consumido junto com outro. Se o preço de um bem complementar aumenta, a demanda pelo bem principal pode cair.

A elasticidade-preço da demanda mede a sensibilidade da quantidade demandada a mudanças no preço. Se uma pequena variação no preço gera grande variação na quantidade demandada, a demanda é elástica. Se a quantidade muda pouco diante da variação de preço, a demanda é inelástica. Essa medida é importante para empresas e governos, pois ajuda a prever efeitos de mudanças de preços e impostos.

Bens essenciais tendem a ter demanda mais inelástica, pois os consumidores não conseguem reduzir muito seu consumo mesmo quando o preço sobe. Bens supérfluos ou com muitos substitutos tendem a ter demanda mais elástica. O horizonte de tempo também importa: no curto prazo, o consumidor pode ter dificuldade para mudar hábitos; no longo prazo, encontra alternativas.

A elasticidade-renda da demanda mede como a quantidade demandada varia quando a renda muda. Se a elasticidade-renda é positiva, o bem é normal. Se é negativa, o bem é inferior. Bens de luxo costumam ter elasticidade-renda elevada, pois seu consumo cresce mais que proporcionalmente quando a renda aumenta. Bens necessários têm elasticidade menor.

A elasticidade cruzada mede como a demanda de um bem reage à mudança no preço de outro bem. Se a elasticidade cruzada é positiva, os bens são substitutos. Se é negativa, são complementares. Essa medida é útil para analisar concorrência entre produtos e efeitos indiretos de mudanças de preços.

O excedente do consumidor é outro conceito importante. Ele representa a diferença entre o valor máximo que o consumidor estaria disposto a pagar por um bem e o valor que efetivamente paga. Se uma pessoa estaria disposta a pagar um preço maior por determinado produto, mas consegue comprá-lo por preço menor, obtém um ganho de bem-estar.

Graficamente, o excedente do consumidor corresponde à área abaixo da curva de demanda e acima do preço de mercado. Quanto menor o preço, maior tende a ser o excedente, pois mais consumidores compram o bem e aqueles que já comprariam pagam menos. Quando o preço aumenta, o excedente diminui.

Esse conceito é útil para avaliar políticas públicas. Um imposto sobre o consumo eleva o preço pago pelo consumidor e reduz a quantidade demandada, diminuindo o excedente do consumidor. Um subsídio pode reduzir o preço e aumentar esse excedente, embora gere custo para o governo. A análise deve considerar também o excedente do produtor e a eficiência total.

A demanda também pode se deslocar. Uma mudança no preço do próprio bem gera movimento ao longo da curva de demanda. Já mudanças na renda, nas preferências, nos preços de outros bens ou nas expectativas deslocam a curva inteira. Se a renda aumenta e o bem é normal, a demanda se desloca para a direita. Se as preferências mudam contra o produto, desloca-se para a esquerda.

TEORIA DA FIRMA E FUNÇÃO DE PRODUÇÃO

A teoria da firma analisa como as empresas tomam decisões de produção. A firma é a unidade econômica responsável por transformar insumos em bens ou serviços. Para produzir, utiliza fatores como trabalho, capital, matérias-primas, tecnologia, energia, informação e capacidade administrativa. Sua decisão envolve escolher quanto produzir e como combinar esses fatores.

A função de produção representa a relação técnica entre os insumos utilizados e a quantidade produzida. Ela mostra o máximo de produto que pode ser obtido com determinada combinação de fatores, dada a tecnologia disponível. Se uma firma utiliza mais trabalhadores, mais máquinas ou tecnologia melhor, sua produção pode aumentar, desde que esses recursos sejam utilizados de forma eficiente.

No curto prazo, pelo menos um fator de produção é considerado fixo. Normalmente, o capital físico, como instalações e máquinas, não pode ser alterado rapidamente. O trabalho e matérias-primas podem variar com mais facilidade. No longo prazo, todos os fatores podem ser ajustados. A firma pode ampliar fábricas, mudar tecnologia, contratar mais trabalhadores e reorganizar sua estrutura produtiva.

Um conceito importante é o produto marginal. O produto marginal de um fator indica o acréscimo de produção obtido ao empregar uma unidade adicional desse fator, mantendo os demais constantes. Por exemplo, o produto marginal do trabalho mostra quanto a produção aumenta quando se contrata mais um trabalhador, mantendo o capital fixo.

No curto prazo, costuma ocorrer a lei dos rendimentos marginais decrescentes. Ela afirma que, mantendo um fator fixo, o acréscimo de unidades adicionais de outro fator tende, em algum momento, a gerar aumentos cada vez menores na produção. Se uma empresa mantém o mesmo número de máquinas e contrata cada vez mais trabalhadores, chegará um ponto em que os trabalhadores adicionais terão menos equipamentos ou espaço para produzir eficientemente.

No longo prazo, a análise considera retornos de escala. Retornos constantes de escala ocorrem quando aumentar todos os fatores na mesma proporção aumenta a produção na mesma proporção. Retornos crescentes ocorrem quando a produção aumenta mais que proporcionalmente. Retornos decrescentes ocorrem quando a produção aumenta menos que proporcionalmente.

Retornos crescentes de escala podem surgir por especialização, divisão do trabalho, uso mais eficiente de equipamentos, economias de rede e ganhos de organização. Eles ajudam a explicar por que algumas indústrias tendem a ter empresas grandes. Já retornos decrescentes podem surgir por dificuldades de coordenação, burocracia ou limitações gerenciais.

A firma também precisa escolher a combinação de fatores de menor custo para produzir determinada quantidade. Se o trabalho é relativamente barato em comparação ao capital, pode usar mais trabalho. Se o capital se torna mais barato ou mais produtivo, pode substituir trabalhadores por máquinas. Essa escolha depende dos preços relativos dos fatores e da tecnologia.

As isoquantas são curvas que mostram combinações de fatores capazes de produzir a mesma quantidade. Elas são semelhantes às curvas de indiferença da teoria do consumidor, mas representam produção, não utilidade. A inclinação da isoquanta

FINANÇAS

CARACTERÍSTICAS DE OPERAÇÕES E INSTRUMENTOS DO MERCADO FINANCEIRO E DE CAPITAIS. TÍTULOS EMITIDOS PELO TESOUREIRO NACIONAL. TÍTULOS DE DÍVIDA PRIVADA. SECURITIZAÇÃO. OPERAÇÕES COMPROMISSADAS. DEPÓSITO A PRAZO E DEPÓSITO INTERFINANCEIRO OU INTERBANCÁRIO. AÇÕES. FUNDOS DE INVESTIMENTO. CONTRATOS FUTUROS, A TERMO, SWAPS E DE OPÇÕES, DERIVATIVOS DE CRÉDITO

INTRODUÇÃO AO MERCADO FINANCEIRO E DE CAPITAIS

O mercado financeiro e o mercado de capitais são partes fundamentais do funcionamento econômico. Eles permitem a transferência de recursos entre agentes superavitários, que possuem recursos disponíveis, e agentes deficitários, que precisam de financiamento. Famílias, empresas, instituições financeiras e governos participam desses mercados buscando poupar, investir, captar recursos, administrar riscos e financiar atividades produtivas.

O mercado financeiro, em sentido amplo, reúne operações de crédito, captação, aplicação, intermediação e gestão de liquidez. Nele atuam bancos, corretoras, distribuidoras, fundos, seguradoras, investidores institucionais e demais agentes que conectam poupadores e tomadores de recursos. Esse mercado é essencial para o crédito, o investimento, a formação de poupança e a estabilidade monetária.

O mercado de capitais é uma parte do sistema financeiro voltada principalmente ao financiamento de médio e longo prazo por meio da emissão e negociação de valores mobiliários. Empresas podem captar recursos emitindo ações, debêntures, notas comerciais, certificados de recebíveis e outros instrumentos. Investidores, por sua vez, compram esses ativos esperando retorno compatível com o risco assumido.

A principal função desses mercados é alocar recursos de forma eficiente. Quando funcionam bem, direcionam poupança para projetos produtivos, permitem diversificação de investimentos, criam mecanismos de precificação de risco e oferecem instrumentos para proteção contra oscilações de juros, câmbio, preços de commodities e crédito.

Os instrumentos financeiros podem ser classificados de várias formas. Uma divisão importante separa instrumentos de renda fixa, renda variável, derivativos e cotas de fundos. Na renda fixa, as condições de remuneração são previamente definidas ou seguem regras conhecidas, como taxa prefixada, índice de preços ou taxa de juros de referência. Na renda variável, o retorno depende do desempenho do ativo, da empresa ou do mercado, sem garantia de rentabilidade.

Os derivativos são instrumentos cujo valor deriva de outro ativo, índice, taxa ou variável. Podem ser usados para proteção, especulação ou arbitragem. Contratos futuros, contratos

a termo, swaps, opções e derivativos de crédito são exemplos. Esses instrumentos permitem transferir riscos entre agentes, mas também podem ampliar perdas se forem usados sem controle adequado.

A liquidez é uma característica essencial dos instrumentos financeiros. Um ativo líquido é aquele que pode ser comprado ou vendido rapidamente, com baixo custo e pouca alteração de preço. Títulos públicos e ações de grandes empresas costumam ter maior liquidez que ativos privados pouco negociados. A liquidez afeta o risco e o retorno exigido pelo investidor.

O risco também varia entre instrumentos. Títulos públicos emitidos por governos com capacidade de pagamento elevada tendem a ter menor risco de crédito. Títulos privados dependem da capacidade financeira do emissor. Ações estão sujeitas a variações de lucros, expectativas e condições de mercado. Derivativos podem envolver risco de mercado, crédito, liquidez e alavancagem.

O prazo é outro elemento relevante. Instrumentos de curto prazo são usados principalmente para liquidez e gestão de caixa. Instrumentos de longo prazo financiam investimentos, infraestrutura e projetos empresariais. Em geral, quanto maior o prazo, maior a exposição a mudanças de juros, inflação e risco de crédito.

A rentabilidade deve ser sempre analisada junto ao risco. Um ativo que promete maior retorno normalmente envolve maior incerteza, menor liquidez, maior prazo ou maior risco de crédito. O investidor precisa avaliar se o retorno esperado compensa os riscos assumidos e se o ativo é compatível com seus objetivos.

► Títulos emitidos pelo Tesouro Nacional

Os títulos emitidos pelo Tesouro Nacional são instrumentos de dívida pública utilizados pelo governo para financiar suas atividades, administrar a dívida pública e executar a política fiscal. Ao comprar um título público, o investidor empresta recursos ao governo e recebe, em troca, o direito a uma remuneração futura conforme as condições do título.

Esses títulos são considerados referência no mercado de renda fixa, pois representam o risco soberano do país. Em geral, servem como base para a formação das taxas de juros de outros ativos financeiros. Títulos privados, por exemplo, costumam oferecer remuneração superior à dos títulos públicos de prazo semelhante, pois carregam risco de crédito adicional.

Os títulos públicos podem ter diferentes formas de remuneração. Há títulos prefixados, pós-fixados e indexados à inflação. Nos prefixados, a taxa de juros é definida no momento da compra. O investidor sabe qual será a taxa de retorno se mantiver o título até o vencimento. Esses títulos são sensíveis a mudanças nas taxas de juros de mercado: se os juros sobem, o preço do título prefixado cai; se os juros caem, o preço sobe.

Os títulos pós-fixados acompanham uma taxa de referência, normalmente ligada à taxa básica de juros da economia. Sua rentabilidade varia ao longo do tempo conforme essa taxa. Por terem remuneração ajustada às condições monetárias, tendem a apresentar menor volatilidade de preço que títulos prefixados longos, especialmente quando mantidos até o vencimento.

Os títulos indexados à inflação combinam uma taxa real de juros com a variação de um índice de preços. Eles protegem o poder de compra do investidor, pois a remuneração acompanha a inflação acrescida de uma taxa real. São usados por investidores que desejam preservar valor em termos reais, especialmente em horizontes mais longos.

O preço de um título público corresponde ao valor presente de seus fluxos futuros de pagamento. Esses fluxos podem incluir pagamentos periódicos de juros, chamados cupons, e o pagamento do principal no vencimento. Quando a taxa de juros exigida pelo mercado aumenta, o valor presente dos fluxos diminui, reduzindo o preço do título. Quando a taxa exigida cai, o preço aumenta.

Essa relação inversa entre preço e taxa de juros é essencial na renda fixa. Mesmo títulos considerados seguros em termos de crédito podem apresentar oscilações de preço antes do vencimento. Esse risco é chamado de risco de mercado ou risco de taxa de juros. Quanto maior o prazo e a duração do título, maior tende a ser sua sensibilidade aos juros.

Os títulos públicos também são importantes para a política monetária. O banco central pode realizar operações com títulos públicos para regular a liquidez do sistema financeiro e influenciar a taxa de juros de curto prazo. Essas operações afetam a quantidade de reservas bancárias e as condições monetárias da economia.

Outro papel dos títulos públicos é servir como garantia em operações financeiras. Por sua liquidez e aceitação ampla, eles podem ser usados em operações compromissadas, derivativos, empréstimos e garantias de margem. Isso fortalece sua importância para o funcionamento do mercado.

Para o governo, a emissão de títulos permite financiar déficits, rolar dívidas vencidas e administrar o perfil da dívida pública. O Tesouro busca equilibrar custo, prazo e risco. Dívida muito concentrada no curto prazo aumenta risco de refinanciamento. Dívida muito indexada a taxas voláteis pode elevar incerteza fiscal. Dívida prefixada ou indexada à inflação ajuda a diversificar o perfil.

Para o investidor, títulos públicos oferecem alternativas com diferentes prazos, riscos e objetivos. Um título pós-fixado pode ser adequado para liquidez e menor volatilidade. Um título indexado à inflação pode ser adequado para proteção de longo prazo. Um título prefixado pode ser interessante quando o investidor espera queda de juros, mas envolve maior risco de mercado se vendido antes do vencimento.

Apesar de serem considerados ativos de menor risco de crédito dentro do mercado doméstico, títulos públicos não são livres de todos os riscos. Eles estão sujeitos a risco de mercado, risco de reinvestimento, risco de liquidez em determinadas condições e risco de inflação, dependendo do tipo de título. Em casos extremos, também pode existir percepção de risco fiscal.

► Títulos de dívida privada

Os títulos de dívida privada são instrumentos emitidos por empresas, instituições financeiras ou entidades privadas para captar recursos junto a investidores. Ao adquirir um título de dívida privada, o investidor empresta dinheiro ao emissor e passa a ter direito ao recebimento de juros e principal conforme as condições estabelecidas. Esses instrumentos fazem parte do mercado de renda fixa privada.

A principal diferença entre títulos públicos e títulos privados está no risco de crédito. Enquanto títulos públicos dependem da capacidade de pagamento do governo emissor, títulos privados dependem da saúde financeira da empresa ou instituição que emitiu o papel. Por isso, títulos privados normalmente oferecem remuneração maior que títulos públicos de prazo semelhante, como compensação pelo risco adicional.

Entre os principais títulos de dívida privada estão debêntures, notas comerciais, certificados de recebíveis, letras financeiras, letras de crédito e outros instrumentos emitidos por empresas ou instituições financeiras. Cada um possui regras próprias de emissão, prazo, garantia, remuneração e público investidor.

As debêntures são títulos de dívida emitidos por sociedades empresariais para captar recursos de médio e longo prazo. Podem ser usadas para financiar expansão, capital de giro, projetos de infraestrutura, alongamento de dívidas ou investimentos específicos. O investidor que compra uma debênture torna-se credor da empresa emissora.

A remuneração das debêntures pode ser prefixada, pós-fixada ou indexada à inflação. Também pode haver pagamento periódico de juros ou pagamento concentrado no vencimento. Algumas debêntures possuem garantias reais, garantias flutuantes ou nenhuma garantia específica. Quanto menor a proteção ao investidor, maior tende a ser a taxa exigida.

As notas comerciais são instrumentos de dívida geralmente utilizados para captação de curto ou médio prazo. Empresas podem emití-las para financiar necessidades de caixa, capital de giro ou operações específicas. Em comparação a debêntures, costumam ter estrutura mais simples e prazos menores, embora isso possa variar conforme a regulação e o mercado.

Os certificados de recebíveis são títulos lastreados em direitos creditórios. Entre os exemplos estão certificados de recebíveis imobiliários e do agronegócio. Eles representam promessa de pagamento baseada em fluxos futuros de recebíveis, como financiamentos, aluguéis, contratos comerciais ou créditos originados em determinada atividade econômica.

Instituições financeiras também emitem títulos privados para captar recursos. Depósitos a prazo, letras financeiras e letras de crédito são exemplos. Nesses casos, o investidor empresta recursos à instituição financeira e recebe remuneração. O risco está associado à capacidade da instituição de honrar suas obrigações, embora alguns instrumentos possam contar com mecanismos de garantia, conforme regras aplicáveis.

O risco de crédito é o elemento mais importante na análise de dívida privada. Ele representa a possibilidade de o emissor atrasar ou não pagar juros e principal. Esse risco depende da geração de caixa, endividamento, qualidade da gestão, setor de atuação, garantias, condições macroeconômicas e prioridade do título na estrutura de capital.

ESTATÍSTICA E ECONOMETRIA

DISTRIBUIÇÕES DE PROBABILIDADE

DISTRIBUIÇÃO DE BERNOULLI

A distribuição de Bernoulli é um dos conceitos fundamentais em probabilidade e estatística, especialmente quando lidamos com experimentos que possuem apenas dois resultados possíveis, geralmente denominados de “sucesso” e “fracasso”.

Imagine um experimento simples, como o lançamento de uma moeda. Os possíveis resultados são cara ou coroa. Se definirmos cara como “sucesso”, temos um experimento de Bernoulli. A distribuição de Bernoulli modela a probabilidade de obtermos um sucesso em um único experimento desse tipo.

Características:

Experimento Bernoulli: Um experimento com apenas dois resultados possíveis: sucesso (1) ou fracasso (0).

- **Probabilidade de Sucesso (p):** A probabilidade de obter um sucesso em um único experimento.
- **Probabilidade de Fracasso (q):** A probabilidade de obter um fracasso, sendo $q = 1 - p$.
- **Variável Aleatória:** A variável aleatória X que representa o resultado do experimento assume apenas os valores 0 (fracasso) ou 1 (sucesso).

► Função de Probabilidade de Massa

A função de probabilidade de massa (fmp) de uma distribuição de Bernoulli é dada por:

$$P(X = x) = \begin{cases} p, & \text{se } x = 1 \text{ (sucesso)} \\ q, & \text{se } x = 0 \text{ (fracasso)} \end{cases}$$

Valor Esperado (Média): $E(X) = p$

Variância: $\text{Var}(X) = p \cdot q$

Exemplos:

- **Lançamento de uma moeda:** Cara (sucesso) ou coroa (fracasso).
- **Teste de um produto:** Produto defeituoso (fracasso) ou produto não defeituoso (sucesso).
- **Resposta a uma pergunta de sim ou não:** Sim (sucesso) ou não (fracasso).

► Quando usar a Distribuição de Bernoulli

- **Experimentos binários:** Quando o resultado de um experimento pode ser classificado em apenas duas categorias.
- **Eventos independentes:** Quando os resultados de experimentos repetidos são independentes uns dos outros.

► Relação com a Distribuição Binomial

A distribuição de Bernoulli é um caso particular da distribuição binomial, onde o número de experimentos é igual a 1. A distribuição binomial modela o número de sucessos em n experimentos de Bernoulli independentes.

DISTRIBUIÇÃO BINOMIAL

A distribuição binomial descreve a probabilidade de obtermos um determinado número de “sucessos” em uma sequência de experimentos independentes, cada um com apenas dois resultados possíveis: sucesso ou fracasso. A probabilidade de sucesso em cada experimento é constante e igual a p .

- A distribuição binomial é caracterizada por dois parâmetros:
 - n : O número total de experimentos (ou tentativas).
 - p : A probabilidade de sucesso em cada experimento.

Quando uma variável aleatória X segue uma distribuição binomial com esses parâmetros, escrevemos $X \sim B(n, p)$.

► Função de Probabilidade

A probabilidade de obter exatamente k sucessos em n experimentos, quando a probabilidade de sucesso em cada experimento é p , é dada por:

$$f(k; n, p) = \binom{n}{k} p^k (1 - p)^{n-k}$$

para $k = 0, 1, 2, \dots, n$ e onde $\binom{n}{k}$ é uma combinação.

Através do desenvolvimento do binômio e algumas operações com expoentes e fatoriais, é possível demonstrar que:

$$f(k; n, p) = \frac{p}{1-p} \frac{n-k+1}{k} f(k-1; n, p)$$

Se uma variável aleatória X segue uma distribuição binomial com parâmetros n e p ($X \sim B(n, p)$), então:

- Valor esperado (média): $E(X) = n \cdot p$
- Variância: $Var(X) = n \cdot p \cdot (1-p)$

DISTRIBUIÇÃO NORMAL

A distribuição normal, também conhecida como distribuição de Gauss ou Gaussiana, é completamente caracterizada por sua média (μ) e desvio padrão (σ). Conhecendo esses dois parâmetros, podemos calcular qualquer probabilidade associada a essa distribuição.

Devido ao Teorema do Limite Central, a distribuição normal é frequentemente utilizada como aproximação para outras distribuições quando o tamanho da amostra é grande. Esse teorema estabelece que a soma de um grande número de variáveis aleatórias independentes, cada uma com média e variância finitas, tende a seguir uma distribuição normal.

A função de densidade de probabilidade da distribuição normal com média μ e variância σ^2 é dada por:

$$f(x, \mu, \sigma) = \frac{1}{\sqrt{2\pi\sigma^2}} e^{\left(-\frac{(x-\mu)^2}{2\sigma^2}\right)}, -\infty < x < \infty, \sigma > 0.$$

Se a variável aleatória X segue esta distribuição escreve-se: $X \sim N(\mu, \sigma^2)$. Se $\mu = 0$ e $\sigma = 1$, a distribuição é chamada de distribuição normal padrão e a função de densidade de probabilidade reduz-se a,

$$f(x) = \frac{1}{\sqrt{2\pi}} e^{\left(-\frac{x^2}{2}\right)}.$$

- **Propriedades:** Sejam a e b constantes conhecidas.

- 1) Se X segue uma distribuição normal, $X \sim N(\mu, \sigma^2)$, então $aX + b \sim N(a\mu + b, a^2\sigma^2)$.
- 2) Se X e Y são variáveis aleatórias independentes que seguem distribuição normal, então a soma $U = X + Y$, a diferença $V = X - Y$ ou qualquer combinação linear $W = aX + bY$ também são variáveis aleatórias com distribuição normal.
- 3) É fácil construir exemplos de distribuições normais X e Y dependentes (mesmo com correlação zero) cuja soma $X + Y$ não é normal. Quando a é muito pequeno, X e Y são praticamente opostas, e sua correlação é próxima de -1. Quando a é muito grande, X e Y são praticamente idênticas, e sua correlação é próxima de 1. Como a correlação entre X e Y_a varia continuamente com a , existe um valor de a para o qual a correlação é zero.
- 4) A soma de uma grande quantidade de variáveis aleatórias (com algumas restrições) tende a uma distribuição normal - o significado mais preciso disto é o Teorema do Limite Central.
- 5) A distribuição normal é infinitamente divisível, no seguinte sentido: se X é uma variável aleatória que segue uma distribuição normal e n é um número natural, então existem n variáveis aleatórias $X_1, X_2, \dots, X_n$, independentes e identicamente distribuídas, tal que

$$X = X_1 + X_2 + \dots + X_n$$

DISTRIBUIÇÃO DE POISSON

A distribuição de Poisson é usada para modelar a contagem de eventos que ocorrem aleatoriamente em um intervalo de tempo, espaço ou outra unidade de medida. Ela é útil para eventos raros que ocorrem com uma taxa média constante. A única informação necessária para utilizar essa distribuição é o valor médio de ocorrências no intervalo.

Características:

- **Contagem de eventos:** A distribuição de Poisson modela o número de vezes que um evento ocorre em um intervalo definido.
- **Taxa constante:** A probabilidade de o evento ocorrer é a mesma em qualquer subintervalo.
- **Independência:** As ocorrências em diferentes intervalos são independentes.

CONTABILIDADE DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PADRÃO COSIF (PLANO CONTÁBIL DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL).

PRINCÍPIOS GERAIS: INSTRUMENTOS FINANCEIROS: OPERAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ, OPERAÇÕES COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E DERIVATIVOS; OPERAÇÕES DE CRÉDITO; INVESTIMENTOS MANTIDOS PARA VENDA

PRINCÍPIOS GERAIS E ESTRUTURA DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS NO COSIF

► Finalidade contábil e representação econômica

Os instrumentos financeiros correspondem a contratos que originam, simultaneamente, um ativo financeiro para uma entidade e um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra. No contexto das instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, seu reconhecimento contábil deve refletir a substância econômica das operações, a natureza dos direitos e obrigações assumidos, o grau de exposição a riscos e a forma pela qual os fluxos financeiros serão realizados. O Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional organiza essa representação por meio de contas padronizadas, critérios de classificação e procedimentos de mensuração compatíveis com a atividade financeira.

A contabilização não se limita ao registro formal do contrato. Ela exige identificação do objeto econômico da operação, da contraparte, do prazo, da remuneração, das garantias, da forma de liquidação e das condições que podem alterar os fluxos de caixa esperados. Uma mesma modalidade contratual pode produzir tratamentos distintos quando muda a finalidade econômica, a forma de gestão ou a expectativa de realização. A análise contábil deve considerar o conjunto das características contratuais, sem separar artificialmente elementos que integram uma única exposição financeira.

Reconhecimento, mensuração e apropriação de resultados

O reconhecimento inicial ocorre quando a instituição se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Nesse momento, o ativo ou passivo financeiro é incorporado ao patrimônio contábil segundo o critério aplicável à respectiva categoria. Custos de transação, ágios, deságios, comissões e demais valores diretamente atribuíveis podem integrar a mensuração inicial ou ser reconhecidos no resultado, conforme a natureza do instrumento e a categoria contábil adotada.

A mensuração subsequente deve preservar coerência entre classificação, modelo de gestão e forma de realização econômica. Instrumentos mensurados pelo custo amortizado têm seus rendimentos apropriados ao longo do tempo com base na taxa efetiva da operação, de modo que o resultado reflita não apenas

justo são atualizados segundo preços observáveis ou técnicas de avaliação consistentes, com reconhecimento das variações no resultado ou em componente específico do patrimônio, conforme o tratamento contábil aplicável.

► Riscos, controles e evidenciação

A contabilização dos instrumentos financeiros está associada ao gerenciamento de riscos de crédito, mercado, liquidez, taxa de juros, moeda e contraparte. A informação contábil deve permitir a identificação das fontes de resultado e das exposições relevantes, distinguindo receitas efetivamente apropriadas, ajustes de avaliação, perdas esperadas, efeitos de hedge e variações decorrentes de mudanças nas condições de mercado.

Os controles internos precisam assegurar integridade entre os sistemas operacionais, os registros auxiliares e a escrituração contábil. A conciliação deve abranger posições, saldos, taxas, vencimentos, garantias, liquidações e eventos contratuais. Divergências entre a posição econômica e a posição contábil podem resultar de falhas de captura, classificação inadequada, ausência de atualização ou reconhecimento incorreto de eventos.

Os elementos centrais de controle podem ser organizados da seguinte forma:

- Identificação inequívoca do instrumento, da contraparte e da finalidade econômica da operação.
- Definição da categoria contábil e do critério de mensuração desde o reconhecimento inicial.
- Conciliação periódica entre sistemas de negociação, custódia, risco, tesouraria e contabilidade.
- Monitoramento de perdas esperadas, deterioração de crédito, valor justo e eventos de liquidação.
- Segregação entre funções de contratação, registro, confirmação, liquidação e validação contábil.

A evidenciação deve ser compatível com a relevância das exposições e com a necessidade de compreensão dos efeitos patrimoniais e de resultado. Informações agregadas não devem ocultar concentrações, riscos materiais ou diferenças substanciais entre categorias de instrumentos.

OPERAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ E TÍTULOS, VALORES MOBILIÁRIOS E DERIVATIVOS

► Operações interfinanceiras de liquidez

As operações interfinanceiras de liquidez constituem mecanismos de administração de disponibilidades entre instituições financeiras. Elas permitem a transferência temporária de recursos, a equalização de posições de caixa e o atendimento de

necessidades de liquidação. Sua essência econômica está associada à gestão de liquidez de curto prazo, embora os prazos, as garantias e as formas de remuneração possam variar.

O registro contábil deve distinguir aplicações e captações, considerando a posição da instituição na operação. Para a instituição aplicadora, surge um ativo financeiro representativo do direito de receber principal e remuneração. Para a instituição captadora, reconhece-se um passivo financeiro correspondente à obrigação de restituição. A apropriação dos encargos deve observar o regime de competência, refletindo a fluência do prazo e a taxa efetiva da contratação.

Substância econômica, garantias e liquidação

A presença de títulos dados em garantia não modifica, por si só, a natureza de uma operação de financiamento. É necessário examinar se houve transferência substancial dos riscos e benefícios do ativo, se a instituição permanece exposta às oscilações econômicas do título e se existe obrigação de recompra ou restituição equivalente. A classificação contábil depende da substância da transação e não apenas da forma jurídica utilizada.

Eventos de liquidação, renovação, inadimplemento ou substituição de garantias devem ser refletidos tempestivamente. A atualização do valor das garantias não substitui o reconhecimento da exposição principal. A instituição precisa avaliar tanto o risco da contraparte quanto a suficiência e a liquidez dos ativos vinculados.

► Operações com títulos e valores mobiliários

Títulos e valores mobiliários representam direitos de crédito, participações ou posições negociáveis cuja contabilização depende das características contratuais e da estratégia de gestão. A classificação deve ser compatível com a forma pela qual a instituição administra o ativo, realiza fluxos contratuais e responde às variações de mercado.

O valor inicial normalmente corresponde ao preço da transação ajustado pelos componentes diretamente atribuíveis, quando aplicável. Na mensuração subsequente, a instituição pode utilizar custo amortizado ou valor justo, conforme a categoria pertinente. Rendimentos, ajustes de avaliação, ganhos e perdas na alienação devem ser reconhecidos de forma coerente com a classificação originalmente atribuída.

A reclassificação não deve ser utilizada como mecanismo de gerenciamento artificial de resultados. Mudanças de categoria dependem de alteração efetiva no modelo de gestão e devem produzir efeitos contábeis consistentes com a nova forma de realização do ativo.

► Instrumentos derivativos

Derivativos são contratos cujo valor varia em função de uma variável subjacente, como taxa de juros, moeda, índice, preço de título ou outra referência financeira. Eles podem ser utilizados para negociação, proteção de riscos ou estruturação de exposições. O reconhecimento contábil deve abranger direitos e obrigações decorrentes do contrato, mesmo quando o investimento inicial for reduzido ou inexistente.

A mensuração pelo valor justo é essencial porque o risco econômico do derivativo pode se alterar significativamente ao longo do tempo. Variações de valor devem ser reconhecidas conforme a finalidade e o tratamento contábil do instrumento. Quando houver relação formal de proteção, a instituição precisa demonstrar coerência entre o item protegido, o instrumento de hedge, o risco coberto e a forma de mensuração da efetividade.

Os principais fatores de controle incluem:

- Confirmação independente dos termos contratuais e das condições de liquidação.
- Validação das curvas, preços, volatilidades e demais parâmetros utilizados na mensuração.
- Segregação entre operações de negociação e relações formalmente designadas para proteção.
- Monitoramento de exposição por contraparte, ativo subjacente, moeda, prazo e fator de risco.

A contabilização deve impedir compensações indevidas entre posições ativas e passivas quando não houver fundamento contratual e contábil para apresentação líquida.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

► Natureza e reconhecimento das operações

As operações de crédito compreendem contratos pelos quais a instituição disponibiliza recursos ou assume exposição financeira contra um cliente, recebendo o direito de cobrar principal, juros, encargos e demais valores pactuados. Incluem modalidades com estruturas distintas de prazo, amortização, garantias, finalidade e risco, mas todas exigem reconhecimento baseado na existência de direito contratual e na efetiva exposição econômica.

O valor inicial da operação deve refletir o montante colocado à disposição do tomador, ajustado pelos componentes financeiros diretamente relacionados. Tarifas, comissões, custos de originação, ágios e deságios podem integrar a formação da taxa efetiva, quando vinculados à contratação e à geração dos fluxos de caixa. A apropriação de receitas deve acompanhar o regime de competência e a taxa efetiva da operação, evitando reconhecimento antecipado de resultados ainda não realizados economicamente.

Classificação e acompanhamento da carteira

A carteira de crédito deve ser acompanhada segundo critérios que permitam identificar natureza, modalidade, prazo, setor econômico, garantias, concentração e qualidade do risco. A classificação contábil precisa estar integrada aos controles de crédito e de risco, de modo que alterações na capacidade de pagamento do devedor sejam refletidas tempestivamente nos registros.

A renegociação modifica condições contratuais, mas não elimina automaticamente a deterioração preexistente. A instituição deve avaliar se a nova estrutura representa recuperação econômica plausível ou apenas postergação do vencimento. A concessão de carência, redução de juros, alongamento de prazo ou incorporação de encargos ao saldo pode alterar o valor dos fluxos esperados e exigir nova avaliação da exposição.

ATUALIDADES

TÓPICOS RELEVANTES E ATUAIS DE DIVERSAS ÁREAS, TAIS COMO SEGURANÇA, TRANSPORTES, POLÍTICA, ECONOMIA, SOCIEDADE, EDUCAÇÃO, SAÚDE, CULTURA, TECNOLOGIA, ENERGIA, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E ECOLOGIA

A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DE ATUALIDADES

Dentre todas as disciplinas com as quais concurseiros e estudantes de todo o país se preocupam, a de atualidades tem se tornado cada vez mais relevante. Quando pensamos em matemática, língua portuguesa, biologia, entre outras disciplinas, inevitavelmente as colocamos em um patamar mais elevado que outras que nos parecem menos importantes, pois de algum modo nos é ensinado a hierarquizar a relevância de certos conhecimentos desde os tempos de escola.

No, entanto, atualidades é o único tema que insere o indivíduo no estudo do momento presente, seus acontecimentos, eventos e transformações. O conhecimento do mundo em que se vive de modo algum deve ser visto como irrelevante no estudo para concursos, pois permite que o indivíduo vá além do conhecimento técnico e explore novas perspectivas quanto à conhecimento de mundo.

Em sua grande maioria, as questões de atualidades em concursos são sobre fatos e acontecimentos de interesse público, mas podem também apresentar conhecimentos específicos do meio político, social ou econômico, sejam eles sobre música, arte, política, economia, figuras públicas, leis etc. Seja qual for a área, as questões de atualidades auxiliam as bancas a peneirarem os candidatos e selecionarem os melhores preparados não apenas de modo técnico.

Sendo assim, estudar atualidades é o ato de se manter constantemente informado. Os temas de atualidades em concursos são sempre relevantes. É certo que nem todas as notícias que você vê na televisão ou ouve no rádio aparecem nas questões, manter-se informado, porém, sobre as principais notícias de relevância nacional e internacional em pauta é o caminho, pois são debates de extrema recorrência na mídia.

O grande desafio, nos tempos atuais, é separar o joio do trigo. Com o grande fluxo de informações que recebemos diariamente, é preciso filtrar com sabedoria o que de fato se está consumindo. Por diversas vezes, os meios de comunicação (TV, internet, rádio etc.) adaptam o formato jornalístico ou informativo para transmitirem outros tipos de informação, como fofocas, vidas de celebridades, futebol, acontecimentos de novelas, que não devem de modo algum serem inseridos como parte do estudo de atualidades. Os interesses pessoais em assuntos deste cunho não são condenáveis de modo algum, mas são triviais quanto ao estudo.

Ainda assim, mesmo que tentemos nos manter atualizados através de revistas e telejornais, o fluxo interminável e ininterrupto de informações veiculados impede que saibamos de fato como estudar. Apostilas e livros de concursos impressos também se tornam rapidamente desatualizados e obsoletos, pois atualidades é uma disciplina que se renova a cada instante.

O mundo da informação está cada vez mais virtual e tecnológico, as sociedades se informam pela internet e as compartilham em velocidades incalculáveis. Pensando nisso, a editora prepara mensalmente o material de atualidades de mais diversos campos do conhecimento (tecnologia, Brasil, política, ética, meio ambiente, jurisdição etc.) na “Área do Cliente”.

Lá, o concurseiro encontrará um material completo de aula preparado com muito carinho para seu melhor aproveitamento. Com o material disponibilizado online, você poderá conferir e checar os fatos e fontes de imediato através dos veículos de comunicação virtuais, tornando a ponte entre o estudo desta disciplina tão fluida e a veracidade das informações um caminho certo.

ANOTAÇÕES

[illegible]

DIREITO ADMINISTRATIVO

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: PRINCÍPIOS BÁSICOS

Podemos considerar o Direito Administrativo como um ramo autônomo do Direito que se encontra dependente de um aco- plado de regras e princípios próprios. Todavia, ainda não existe uma norma codificada, não havendo, desta forma, um Código de Direito Administrativo.

Por esta razão, as regras que regem a atuação da Administração Pública em sua relação com os administrados, seus agentes públicos, organização interna e na prestação de seus serviços públicos, encontram-se esparsas no ordenamento jurídico pátrio, onde a principal fonte normativa é a Constituição Federal.

O regime jurídico brasileiro possui dois princípios justificado- res das prerrogativas e restrições da Administração, sendo eles, o princípio da Supremacia do Interesse Público e o princípio da Indisponibilidade do Interesse Público.

Sobre o tema em estudo, a jurista Maria Sílvia Zanella Di Pietro ensina que há diferenças relevantes entre o regime jurí- dico da Administração Pública e o regime jurídico administrativo.

Vejamos:

REGIME JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO
É um regime mais abrangente	É um regime reservado para as relações jurídicas incidentes nas normas de direito público
Consiste nas regras e princípios de direito público e privado por meio dos quais, a Administração Pública pode se submeter em sua atuação	O ente público assume uma posição privilegiada em relação ao particular

► Princípios de Direito Administrativo

Os princípios de direito administrativo são regras que dire- cionam os atos da Administração Pública. Os princípios podem vir expressos na Constituição Federal, bem como também po- dem ser implícitos, ou seja, não estão listados na Constituição, porém, possuem a mesma forma normativa.

O artigo 37, *caput* da Constituição Federal de 1.988, pre- dispõe acerca dos princípios administrativos dispondo que a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados do Distrito Federal e dos Municípios obe- decerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Entretanto, é importante ressaltar que o rol de princípios constitucionais do Direito Administrativo não se exaure no art. 37, *caput* da CFB/1988, sendo estes, os já mencionados princí- pios implícitos.

Princípios Expressos:

São os seguintes: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

Vejamos em apartado, cada um deles:

Legalidade:

Por meio do princípio da legalidade, a Administração Pública só pode atuar conforme a lei, tendo em vista que todas as suas atividades se encontram subordinadas à legislação.

Ressalta-se que de modo diverso da Legalidade na seara ci- vil, onde o que não está proibido está permitido, nos termos do art.5º, II, CFB/88, na Legalidade Administrativa, o administrado poderá atuar somente com prévia autorização legal, haja vista que não havendo autorização legal, não poderá a Administração agir.

Desse modo, a Administração Pública só pode praticar con- dutas que são autorizadas por lei. Todavia, caso aja fora dos parâmetros legais, é necessário que o ato administrativo seja anulado.

Além disso, é dever da Administração rever seus próprios atos, e tal incumbência possui amparo no Princípio da autotute- la. Desse modo, a revisão dos atos que pratica, não depende de autorização ou de controle externo, tendo em vista que a própria Administração poderá fazê-lo por meio de revogação ou anula- ção. Vejamos:

- **Revogação:** trata-se de vício de mérito por conveniência e oportunidade e alcança apenas os atos discricionários.
- **Anulação:** trata-se de vício de legalidade e alcança todos os atos, sendo estes vinculados ou discricionários.

Sobre o assunto, determina a Súmula 473 do STF:

Súmula 473 - STF - "A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."

Assim sendo, destaca-se que o Poder Judiciário só possui o condão de intervir em possíveis vícios de legalidade, mas não de mérito. Além disso, não existe na legislação administrativa, prazo para a revogação de atos. Todavia, de acordo com o art. 54 da Lei nº 9784/99, o direito da Administração de anular os atos admi- nistrativos de que decorram efeitos favoráveis para os

destinatários decaem em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé. Entretanto, caso o ato nulo tenha sido praticado mediante o uso de má-fé, não haverá prazo para sua anulação.

Impessoalidade:

Por meio da impessoalidade, deverá a Administração Pública agir objetivamente em favor da coletividade.

Salienta-se que os atos de pessoalidade são vedados, pois, o exercício da atividade administrativa é atribuição da Administração, haja vista a ela serem atribuídas todas as condutas dos agentes públicos.

São importantes aspectos do Princípio da Impessoalidade:

- **Não Discriminação:** não importa a pessoa que o ato administrativo irá alcançar, pois, a atuação do Estado deve ser de forma impessoal com a fixação de critérios objetivos.

- **Agente Público:** O agente público age em nome do Estado. Assim, não poderão constar nas publicidades os nomes de administradores ou gestores, sendo que as propagandas devem ser informativas e educativas, pois, o ato estará sendo praticado pela Administração Pública. Tal entendimento possui liame com a Teoria da Imputação Volitiva, por meio da qual, a vontade do agente público é imputada ao Estado.

- **OBS. Importante:** De acordo com a jurista Maria Sylvia Zanella di Pietro, o princípio da impessoalidade é fundamento para fins de reconhecimento de validade dos atos praticados por “funcionário de fato”, que se trata daquele que não foi investido no cargo ou função pública de modo regular, tendo em vista que a conduta desse agente, que se encontra laborando de modo irregular na Administração Pública, é atribuída à pessoas jurídicas na qual ele está inserido e, por esse motivo, tal vício será convalidado/corrigido.

Moralidade:

Além da necessidade de as atividades da Administração estarem de acordo com a lei, é preciso que tais atuações sejam conduzidas com lealdade, ética e probidade, sendo que nesse caso, estará a moralidade se preocupando com a moralidade jurídica, e não a social.

A moralidade jurídica é concretizada através de mecanismos que o Estado cria para fiscalizar de modo mais eficaz as atividades de seus servidores. São exemplos: a Lei de Improbidade Administrativa e a Lei de Ação Popular.

Ressalta-se que antes da edição da Súmula Vinculante nº13 do STF, o nepotismo, que se trata da nomeação de parente para ocupar cargo de confiança, já havia sofrido reprimenda da Resolução nº 7 do CNJ – Conselho Nacional de Justiça.

Vejamos o que determina a Súmula Vinculante nº 13 do STF: **Súmula Vinculante 13 STF:** “A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta

em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal”.

Sabendo-se que a prática do nepotismo é Contrária à moralidade, impessoalidade e eficiência administrativas, tal prática foi recentemente condenada pela Súmula que reforça o caráter imoral e ilegítimo da nomeação de parentes para cargos em comissão, incluindo nesses casos, a modalidade cruzada ou transversa. Como exemplo, podemos citar o parente de Marcela que foi nomeado no gabinete de João em troca da nomeação de um parente de João no gabinete de Marcela.

Todavia, a edição da Súmula Vinculante 13 do STF, teve seu impacto positivo enfraquecido por causa de duas ocorrências, sendo elas as seguintes:

- Ao fazer referência explícita a parentes colaterais até o terceiro grau, a Súmula Vinculante acabou por legitimar a nomeação de primos; e
- Foi afirmado pelo próprio STF que a proibição não se estende a agentes políticos do Poder Executivo, tais como os ministros de Estado e secretários estaduais, distritais e municipais, pois, no entendimento do STF, a súmula se aplica apenas a cargos comissionados.

Publicidade:

É necessário que haja transparência no exercício das atividades exercidas pela Administração Pública. Via regra geral, os atos da Administração devem ser públicos. Contudo, há algumas exceções, como determinados interesses sociais, bem como as situações de foro íntimo.

Para que haja eficácia, é preciso que haja a publicidade dos atos administrativos, pois, com isso, haverá também, melhor controle das atividades administrativas pela própria sociedade.

Constitui exceção ao princípio da publicidade, o artigo 2º, Parágrafo Único, V da Lei nº 9784/99 que determina que a Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência, sendo que nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de divulgação oficial dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na Constituição.

Ademais, o artigo 5º, XXXIII da CFB/88 e o artigo 5º, X também da CFB, defendem que tais atos com caráter “sigiloso” devem ser compreendidos como exceções à regra geral do Princípio da Publicidade.

Vale ressaltar que de acordo com o artigo 5º, LXXII da CFB/88 e a Lei nº 9507/97, um dos principais remédios constitucionais que prevê a garantia do acesso às informações sobre a pessoa do impetrante, é o Habeas Data.

Por fim, é importante mencionar que a Súmula nº 6 do STF estabelece “desde que devidamente motivada e com amparo em investigação ou sindicância, é permitida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, em face do poder-dever de autotutela imposto à Administração”. Logo, percebe-se que a intenção da Suprema Corte ao elaborar esta Súmula, foi a de preservar a intimidade.



**GOSTOU DESSE
MATERIAL?**

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!